



Workshop do grupo de stakeholders “ONG”

O Papel das ONG na Responsabilidade Social das Organizações e a sua contribuição para o envolvimento da Comunidade

Organização: APEE
Relatores: Eng. Fátima Rodrigues e Eng. Clara Justino, INETI/CENDES



6. Workshop do grupo de stakeholders “ONG”

O Papel das ONG na Responsabilidade Social das Organizações e a sua contribuição para o envolvimento da Comunidade

6.1 Introdução

As ONG têm um papel decisivo na Responsabilidade Social como entidades organizadoras de interesses de grupos diferenciados da sociedade civil, ao darem voz a preocupações específicas resultantes de problemas vividos pelas pessoas e que não encontram reflexo adequado no processo de representação política. São ainda instrumentos de intervenção com um crescente e notável papel nos planos social, humanitário e ambiental. Por outro lado constituem um elemento de pressão e de acção sobre a opinião pública com reflexos na percepção de risco e no estímulo à reacção de Empresas e Estados. De facto sem a manifestação das ONGs muitos problemas teriam sido ignorados ou desprezados e ter-se-ia perdido a melhoria associada. São pois, talvez até inesperadamente, um factor de criação de valor para aqueles que decidem optar por boas práticas.

No entanto muitas ONG não estão ainda sensíveis ao fenómeno da RS ou vêem nele apenas uma nova fonte de financiamento. A organização deste *workshop* teve em mente aumentar a percepção das ONG portuguesas para o papel que lhes cabe como Parte Interessada representativa de expectativas da comunidade e das gerações futuras.

Mário Parra da Silva
Presidente da APEE

6.2 Objectivos do workshop

- Aumentar o conhecimento sobre o processo de desenvolvimento da RS em Portugal e no Mundo;
- Envolver as ONGs no processo de normalização, nomeadamente no “mirror committee” do ISO/TMB/WG SR;
- Criar formas orgânicas de suporte aos anteriores objectivos.

6.3 Comunicações

Sessão de abertura

Eng. Mário Parra Silva
Presidente da APEE

As ONG são quem tem o papel mais abrangente no tema da responsabilidade social, representando o público mais alargado. Elas agrupam as pessoas enquanto cidadãos, ou por aspectos particulares da cidadania: ambiente, direitos humanos, etc.

É no entanto, difícil reunir os esforços das ONG quando estas não se reconhecem no seu foco de acção. Compete às ONG ser a voz da consciência e prestar apoio às organizações na construção da sua responsabilidade social.

O Eng. Mário Parra da Silva referiu o papel do Instituto ETHOS, instituição com influência mundial, que se organiza para apoiar à comunidade no desenvolvimento da responsabilidade social. Referiu também que a Amnistia Internacional foi a primeira entidade a celebrar um protocolo com a APEE. É com grande satisfação que conta com a presença destas organizações nesta sessão.

Terminou a intervenção lançando duas questões: Qual a relação entre a responsabilidade social e as ONG? Estarão as ONG em Portugal preparadas para este papel?

Intervenção do Dr. João Reis **Presidente da GRACE**

O Dr. João Reis começou por agradecer o convite e congratular a presença de Ricardo Young.

O Instituto ETHOS tem uma importância mundial em responsabilidade social. Emprega mais de 1 milhão de pessoas, representando cerca de 30% do PIB brasileiro. A GRACE adaptou estudos da ETHOS à realidade nacional.

Existem variadíssimas ONG, mas todas elas têm um interesse comum: lutar contra as assimetrias que existem no mundo actual. As ONG dizem não à indiferença. É neste contexto que surge o movimento liderado pelas ONG.

Embora muitas ONG ou instituições possam ter interesses comuns, o que transparece é uma competição destas, na obtenção de resultados. As ONG, actuem onde actuarem, só pela união de esforços, conseguirão alcançar os seus objectivos.

Questiona: como se vêem estas instituições no futuro, nos próximos 10 anos?

As ONG´s compreendem cada vez mais, qual o seu papel junto das empresas, e estão a organizar-se nesse sentido. Qual a sua visão? Qual o seu caminho? Como se devem organizar? Os próprios Governos começam a ter consciência deste facto.

Embora a primeira pretensão de uma empresa seja, gerar lucros e distribui-los pelos accionistas, todos os outros interesses terão de ter de igual importância. Assistimos à vontade de mudança por parte das empresas, alargando os benefícios a empregados e consumidores, com um contributo ao combate à assimetria mundial.

Quanto mais desenvolvida for a sociedade, melhor será a sua performance. E não se trata de filantropia da parte das empresas. As vantagens que advêm da responsabilidade social são importantes e vantajosas a nível competitivo.

Intervenção do Dr. Ricardo Young Instituto ETHOS

Vivemos numa era sem precedentes, na história da Humanidade. Isto nas várias dimensões. Nunca anteriormente tivemos um avanço tecnológico que nos uniu tanto e deu à condição humana uma dimensão planetária: com interdependências, interligações, inteligências conectadas na construção de padrões científicos e comportamentais de escala mundial. Por outro lado, neste mesmo tempo, defrontamos com uma realidade muito concreta, que tem sido afirmada por cientistas: estamos pela primeira vez perante a possibilidade de extinção da vida no planeta.

O Relatório do Milénio de 2005, reforçado pelo relatório do Painel Internacional do Aquecimento Global (a publicar em Agosto 2006), mostra a situação de risco do nosso tempo. Quando olhamos para o tempo dos dinossauros e pensamos que eles não tiveram inteligência para se adaptarem às mudanças, podemos perguntar-nos o que será dito sobre nós se não conseguirmos superar as mudanças e desaparecermos da face da terra.

Esta é uma situação real e concreta: por um lado o impressionante avanço tecnológico e por outro, as grandes ameaças à sustentabilidade, tanto no campo ambiental como no social. Só tendo uma percepção destas vertentes e deste estado actual, conseguiremos entender o papel actual das ONG e das empresas, e da emergência de novas forças políticas e sociais.

Os governos ultrapassaram os limites nacionais e organizam-se em processos e dimensões supranacionais. São disso exemplo a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio e outras. De facto, o mundo não apresenta só questões que podem ser geridas pelos mecanismos tradicionais das nações, existem forças de dimensão transnacional e transversal:

- As empresas transnacionais, sedeadas no mundo inteiro, estão presentes nas culturas mais diversas, desenvolvendo as mais múltiplas actividades;
- As ONG / sociedade civil organizada, que se actuam transversalmente, sem representantes governamentais, tratando de questões queridas a todos os povos.

Por exemplo, estamos agora na reunião da ISO, com representantes de múltiplos países, e de diferentes públicos, representantes dos interesses mundiais nas questões de responsabilidade social. As decisões não estão a ser tomadas por governos ou por esta ou outra força. Mas antes em mesas de debate. Este processo, *multistakeholder* só é possível no século XXI. A forma de pensar a sociedade está a mudar.

Qual seria o governante responsável que seria capaz de não ouvir uma organização como a Greenpeace, a Amnistia Internacional etc? Estas organizações são interlocutores legítimos à escala mundial.

A importância da sociedade civil organizada e das empresas é enorme, quando falamos de empresas com lucros superiores ao PIB de muitos países.

As empresas têm-se constituído como uma força política, que se poderia tornar ameaçadora, caso não existisse a dimensão da responsabilidade social.

No Brasil formou-se a Associação das Nações Unidas. É uma ONG que organiza os diversos programas laterais da ONU, UNICEF, FAO, etc. O sistema lateral recorre às ONG na sociedade civil, para o cumprimento dos seus programas.

Constatam-se dois pontos importantes, no tempo actual:

- Emergência das novas forças políticas;
- Estado insustentável do desenvolvimento económico.

Se olharmos para o mundo actual (em 2000, a população mundial era de 6100 milhões de habitantes), estamos perante um mercado de 2100 milhões de consumidores. 4000 milhões de pessoas vivem actualmente excluídas do mercado de consumo. Tanto em Africa, como na Índia, e no centro da cidade de São Paulo, a população excluída é enorme e crescente.

Se a nossa actividade económica floresce e simultaneamente é hostil à vida no planeta, então há algo de errado.

A indústria gera poluição mas também gera riqueza e contribuição para que o Estado mitigue estas externalidades. O mundo seria perfeito se tudo funcionasse bem. Mas a velocidade de produção de externalidades pelas empresas é maior que a capacidade do governo dar conta deste passivo. Por exemplo, os EUA são o país do mundo mais vulnerável a nível energético. E, no entanto, não há uma política pública em relação às alternativas energéticas, e não há um trabalho junto ao consumidor para que este actue de forma menos agressiva ou mais sustentável. Resultado: vivemos num mundo em profundo desequilíbrio.

O que fazer? Alguns dizem que devíamos ajoelhar e rezar, outros que os governos deviam actuar melhor, outros referem a fuga para o campo. Nenhuma destas saídas são colectivas ou planetárias.

A única solução viável para o planeta vem de um re-arranjo das novas forças políticas que vão determinar novas políticas públicas, que reforcem o modelo de desenvolvimento sustentável.

E neste ponto do processo as empresas e as ONG têm um papel crucial.

As empresas têm uma estrutura fantástica, são sistemas sofisticados na gestão da inteligência e da criatividade humana e da inovação em visão sistémica. Mas até agora toda competência de gestão empresarial tem sido posta ao serviço de uma visão economicista.

A visão redutora de que “o único objectivo das empresas é gerar lucro para os accionistas”, é semelhante a pensar que “o objectivo último da vida humana, é alimentar-se para sobreviver”. Não se coloca em questão a importância do lucro para as empresas, mas sim, a exclusão das outras dimensões da vida e da gestão empresarial. É como se não houvesse mais dimensões na face da terra. Este não pode ser o único objectivo de uma empresa. Quais são os outros? Se todo o engenho da empresa for colocado ao serviço de reforçar a inclusão social e regenerar os sistemas ambientais degradados, essa empresa terá cumprido um papel histórico ao serviço do desenvolvimento sustentável.

Quais são então os princípios fundamentais a serem contemplados por uma empresa? Falamos de uma nova visão da sociedade e do entendimento da empresa. O novo papel da empresa é funcionar como um elo de uma corrente sob a qual está ancorada uma das possibilidades do desenvolvimento sustentável.

A sociedade civil organizada, é por outro lado, um dos fenómenos mais extraordinários a que assistimos: a cidadania num estado superior.

A fragilidade do cidadão como indivíduo, uma poeira cósmica, diante das forças mundiais existentes. A sociedade civil organizada representa a aglutinação dos interesses dos cidadãos, actuando assim em rede e em foco de objectivos estratégicos.

A maior causa para aglutinação da cidadania dá-se em torno de valores. Ninguém entende mais de saúde do que as ONG de saúde, de educação dos que as ONG de educação etc. Numa escala internacional acontece a re-aglutinação, como uma rede neural, que actua em torno de valores e dos seus projectos.

Nos 40 anos que se passaram desde a publicação do primeiro livro sobre ambiente, “*Primavera Silenciosa*”, muita coisa foi conquistada em termos ambientais, como os níveis da consciência ambiental ou publicação de legislação atestam. Hoje, temos as ONG agrupadas em rede, aglutinam a acção política do cidadão e potenciam a essa acção política a nível mundial.

Por um lado, temos as empresas que começam a estar mais conscientes da necessidade de ampliação da sua actividade a uma realidade mais complexa, que se espelha na responsabilidade social das empresas; por outro a re-organização da Sociedade Civil em torno de ONG, que actuam em torno de valores, juntando a tudo isto a Internet que liga a população do mundo em tempo real. Temos, assim duas forças muito poderosas, caminhando, ainda que não juntas, numa direcção convergente.

Face à realização de eventos como este, da ISO, que reúne representantes de *stakeholders* de vários países e de diferentes áreas da sociedade, a discutir com as empresas uma linha de gestão que tem como fundo uma sociedade sustentável, há esperança. Estas duas forças, estão a trabalhar juntas e a gerar novos saberes que darão origem a novos parâmetros para o desenvolvimento económico.

A parceria entre estas duas forças, deve passar de uma situação “perde-perde” a uma relação “ganha-ganha”. A empresa pode incorporar novos saberes, e reflectir sobre o seu impacte na sociedade, enquanto as ONG podem potenciar o seu trabalho, tanto

com os financiamentos, como com a incorporação dos conhecimentos da gestão empresarial.

Um exemplo desta sinergia é a “Natura”, empresa de cosmética brasileira, que desenvolveu uma linha de produtos que utiliza a castanha do Pará, proveniente de comunidades organizadas a viver na floresta. Eliminou os intermediários e aumentou o rendimento do explorador da castanha, que sente assim maior motivação para proteger a floresta. Ao mudar o seu fornecedor de matérias-primas (castanha do Pará), contribui para uma sociedade mais responsável. Optimizou os seus impactes na sociedade, sendo as ONG detentoras do conhecimento necessário para esta transformação empresarial.

A ETHOS tem 8 anos e cerca de 1150 empresas associadas, e é uma das principais plataformas no Brasil que consegue pôr a dialogar a sociedade civil organizada e as empresas, em torno de projectos sociais. Dos vários projectos da ETHOS refere ter tornado as metas do Milénio, como uma causa, da sociedade brasileira.

“Se a articulação destas forças for feita de forma adequada, estas serão indutoras de novas políticas públicas, que influenciaram as forças multilaterais de tal forma, que daqui a 50 anos poderemos olhar para a continuidade vida no planeta e dizer que ela não só continuará, como será melhor e mais bela. “

Seguiu-se uma breve sessão de perguntas e respostas.

Dr. João José Fernandes, OIKOS:

OIKOS gere a campanha pobreza zero. Como é que o Instituto ETHOS tem gerido a campanha “Metas do Milénio”?

Dr. Ricardo Young:

Um dos problemas do nosso tempo é mostrar aos governos que a sociedade civil e empresas podem ser parceiros. A ETHOS actua como agente difusor dos Objectivos do Milénio, tentando influenciar as políticas governamentais e procurar, no âmbito das empresas, como cumprir estes objectivos. A ETHOS produz os seus indicadores de Responsabilidade Social, para que as próprias empresas se possam avaliar. Cada uma das metas está relacionada com cada indicador. As empresas sabem como estão a contribuir para cada objectivo. A mudança na acção de centenas de empresas e das cadeias produtivas irão influenciar o desenvolvimento sustentável.

Eng. Mário Silva Parra:

Existem dois tipos de pessoas fundamentais:

- Os investigadores
- E quem nos transmite os valores. Esta força é inspiradora.

Abordagem à Responsabilidade Social

Dra. Cláudia Pedra e Dr. Filipe Páscoa, Amnistia Internacional

Celebrou-se nesse dia o vigésimo quinto aniversário da Amnistia Internacional (AI) em Portugal. A responsabilidade social é um assunto em que a Amnistia se debruça pelo menos desde em 2003 em Portugal.

O que faz uma organização que procura que todos os direitos humanos sejam consagrados? A AI trabalha em todas as áreas da dignidade humana.

A apresentação foi apoiada em slides que se anexam, tendo sido abordados os seguintes pontos:

- Quem somos?
- Quem nos financia?
- Que queremos?
- Responsabilidade social e os três sectores: Estado, Empresas e ONG.
- Responsabilidade social: Marketing Social vs. Marketing de Causas
- Boas práticas:
 - ADSE, SAMS: Bom exemplo para as empresas, no tipo de serviços de saúde.
 - Dove: apoiam jovens vítimas de bulimia e anorexia
 - Quinta Essência: associação participada por empresas e núcleo de pais de crianças deficientes. Sociedade civil e empresas associadas.
- Más práticas:
 - SHELL (Caso do Delta do Níger)
- AI Portugal e Responsabilidade Social:
 - Educação para os Direitos Humanos – SOCIEDADE CIVIL
 - Formação para os direitos Humanos – EMPRESAS
 - Amnesty Business Club
 - Projectos de cooperação

ONG e Empresas – Percepções, Atitudes e Desafios

Dr. João José Fernandes
Director Geral da OIKOS

A primeira parte da apresentação foi apoiada em slides anexos e baseada em vários estudos sobre as ONG e as empresas, tendo sido abordados os seguintes pontos:

- As ONG & RSE
- Empresas Face às ONG
- Colaboração
- Desafios à Colaboração
- Compatibilidade
- Criação de Valor

OIKOS significa “Casa” (grego clássico)

Ecuménica (todas as minorias religiosas, vários partidos)

Economia (promoção dos direitos sociais)

Ecologia (desenvolvimento implica respeito pelo ambiente)

A Responsabilidade Social é ainda um aspecto pouco conhecido nas empresas e sociedade portuguesa.

Hoje, muitas ONG, para além das parcerias com as empresas procuram ser agentes da promoção da Responsabilidade Social das empresas, através de um dos dois tipos de abordagens.

1º Iniciativas voluntárias

Existem centenas de códigos de conduta voluntária para a abordagem da RS promovidos por ONG, empresas, associações empresarias, organismos intergovernamentais, etc.

2º Iniciativas políticas

Existem também iniciativas de pressão política para a regulamentação de empresas transnacionais.

Para além desta abordagem dicotómica clássica, entre regulamentação e iniciativas voluntárias, existem outras estratégias introduzidas pelas ONG:

- Organizações de consumo responsável (ex. comércio justo).
- Aplicação de selos que identifiquem algum tipo de valores.
- Processo de certificação e normalização de processos produtivos.
- Finança ética e investimento bancário responsável.

Para além do mercado de serviços e produtos, as ONG estudam e criam movimentos para novas condutas no mercado de investimento, denunciando a ausência de valores ambientais e sociais na maioria das práticas actuais dos investimentos, mas também, incentivando uma nova conduta de investimentos em áreas como a defesa do ambiente, a promoção do desenvolvimento e a luta contra a pobreza.

Terminou dando exemplos de campanhas e iniciativas a nível internacional:

- Campanhas incentivo de mercado:
 - *“Clean cloth campaign”* contra a exploração do trabalho infantil na indústria do vestuário;
- Campanhas para a transparência da indústria extractiva:
 - *“Publish what you pay”*. A sociedade pode monitorizar onde o seu dinheiro é aplicado.
- Software para auditoria social: dentro das empresas.
- *OCDE guidelines*: em cada país existe um ponto de contacto nacional para estas *guidelines*. Em Portugal é o ICEP, um nado morto. Sem qualquer actividade. É o único mecanismo existente que permite que uma organização coloque um processo por um facto ocorrido num país em desenvolvimento. Este ponto nacional de contacto deve ser alterado ou accionado.
- *UN norms of corporate social responsibility*: Critérios mais objectivos no cumprimento dos princípios e direitos humanos nos países em desenvolvimento.

Responsabilidade Social: “ porque a Sida existe”

Margarida Martins e Francisco Porto Ribeiro

ABRAÇO

A primeira parte da apresentação abordou os seguintes pontos:

RES e o papel das ONGs

3ºslide “não corrigir as falhas que o mesmo que cometer novos erros”

RSE e Mecenato

São conceitos diferentes. Tem de haver continuidade dos projectos. Não podem ser projectos-piloto.

RSE e Filantropia

Os investidores têm de fazer conscientemente os seus investimentos assim como as ONG a correcta gestão dos fundos.

RSE e Marketing de Causas

Não é a primeira opção da Abraço, mas pode ser a forma de encontrar os apoios. O marketing de causas assemelha-se ao mecenato, pode não ter continuidade. As empresas têm benefícios fiscais com o investimento nestes projectos.

Seguiu-se a apresentação de algumas das actividades mais relevantes da ABRAÇO, cuja missão é prestar todo o apoio a pessoas infectadas ou afectadas pelo vírus da SIDA. Tem actividades em todo o país.

Alguns projectos e actividades:

- Centro de apoio e acolhimento psicossocial
- Centros de apoio domiciliário, para apoio à família no seu todo.
- Apartamentos de acolhimento temporário
- Consultório dentário, importante a nível da discriminação
- Linha ABRAÇO
- Gabinete de apoio ao utente
- Refeitórios: material doado pela BP
- Centro de documentação
- Boletim informativo
- Site
- Casas para mulheres vitimas de violência doméstica
- Projecto de investigação.
- Centro de apoio domiciliário.
- Programa “ABC –Ser Criança”
- Programa Nacional de Prevenção entre Pares

6.4 Debate e conclusões

O Eng. Mário Parra da Silva começou por salientar que o *workshop* do Consumo, realizado no primeiro dia deste encontro, não teve organizadores oficiais, tendo a DECO recusado organizar a sessão, por não estar ligada à Responsabilidade social. No *workshop* dedicado às ONG ocorreu uma dificuldade semelhante. O que poderá isto significar?

No caso das ONG, apercebemo-nos que estas clamam ajuda para os seus projectos, pelo enorme trabalho em mãos a desenvolver, e poucos recursos disponíveis.

Na sua exposição, Ricardo Young deu-nos uma perspectiva diferente das ONG. Embora trabalhem nestas organizações pessoas com grande espírito de missão, estas tendem a olhar para o seu próprio projecto, fechando-se nele. A RS exige uma mudança nesta postura, no sentido de uma discussão colectiva, de como é as ONG podem-se organizar colectivamente? Em Portugal as ONG têm discutido colectivamente muito pouco esta matéria.

Apresenta um exemplo discutido noutra sessão, de uma empresa francesa: VIGEO, totalmente independente devido à dispersão accionista, que tem como missão observar e emitir um ranking entre empresas. Para uma maior transparência inclui a consulta dos *stakeholders*.

As ONG sofrem de um grande individualismo e em Portugal não há o hábito de associativismo. Quem dá a cara por uma associação é vítima de suspeita de proveitos próprios.

Os processos da ISO, das Comissões Técnicas de Normalização do GRI, etc., todos os processos nacionais e internacionais, assentam na ideia de que os *stakeholders* vão fazer o seu papel, logo as ONG tem que defender o seu papel, suscitando o debate, e não podem olhar apenas para o dinheiro que as empresas disponibilizam.

Do *workshop* do governo (no primeiro dia de trabalhos) resultou a Declaração do Tejo. Deveria também sair deste *workshop* uma recomendação: linhas de acção no sentido de as ONG discutirem colectivamente a sua intervenção na Responsabilidade Social.

O Dr. João José Fernandes começa por discordar de alguns pontos apresentados pelo Eng. Mário Parra da Silva, embora concorde com o fraco desempenho das ONG em Portugal no tema da Responsabilidade Social.

Existem dois patamares, que devem ser reflectidos: não há nenhum mecanismo, que permita diminuir as assimetrias de conhecimento em matérias de responsabilidade social das empresas no mundo das ONG em Portugal. E ao não existir este tipo de mecanismos, as poucas ONG que detêm este conhecimento preferem dirigir a sua acção para a escala global. Defende a eficácia da acção a nível global, pela facilidade de ligação com outras ONG internacionais, mais do que na responsabilidade social do sector empresarial, com muito mais recursos financeiros e humanos.

Uma maneira de ultrapassar este fenómeno, é conseguir desenhar um diálogo *multistakeholder* onde estejam presentes o Estado e empresas. Porque não discutir as *guidelines* da OCDE com as empresas portuguesas internacionalizadas? Um estudo no Brasil comparou o desempenho entre empresas portuguesas e holandesas no nível da responsabilidade social, tendo o resultado das empresas portuguesas sido fraco.

Como representante da OIKOS, manifestou interesse em participar neste processo, no entanto fez notar que esta organização não dispõe de tempo nem recursos para processos morosos, mas está disposta a participar em diálogos com responsáveis do governos e empresas, que sejam de facto frutíferos e que resultem em recomendações concretas, manifestando cansaço e desinteresse na formas de dialogo actuais.

A **Dra. Clara Saraiva**, da Fundação Marquês de Pombal compara a ideia dos dinossauros com os tempos actuais e frisa que hoje temos a opção de escolha. Estamos a potenciar a nossa própria extinção.

Lança uma série de questões sobre o papel e o fraco envolvimento das ONG nas questões da Responsabilidade Social:

- Qual o papel das ONG na RS?
- Se o que motiva o surgimento das ONG é a defesa dos “outros”, porque está tão vazio este *workshop*?
- São as próprias ONG a afirmar o fosso entre elas e as empresas. Porque não estão presentes as empresas?
- Quando as ONG são fundamentais na acção das empresas, e se o papel destas não está a ser suficiente, porque não reflectir sobre como fazer diferente?
- Como é que as empresas nos podem ajudar e vice-versa?

Margarida Martins, da ABRAÇO, respondeu começando por afirmar que as ONG são vistas como não prestando contas. Mas a ABRAÇO é auditada por várias entidades. Qualquer ONG tem de apresentar uma declaração de dívida. As contas estão publicadas no site.

As parcerias com empresas são muito importante para a ABRAÇO, no entanto as empresas não estão receptivas ao tema do HIV.

Em relação à questão do corporativismo: A ABRAÇO pertence à Associação Internacional de Doentes Crónicos.

O **Dr. Filipe Páscoa**, da AI, referiu que a angariação de fundos é feita com base em projectos concretos, solicitando-se às empresas não só dinheiro, mas outro tipo de apoios para o projecto apresentado. Cada projecto tem um balanço independente.

A **Eng. Cristina Rocha**, do INETI, questionou o que é e, sobretudo, o que não é, a responsabilidade social. Realçou a necessidade de definir o domínio da responsabilidade social e de as próprias ONG adoptarem, não só a nível externo mas também interno, práticas de responsabilidade social.

O **Eng. Mário Parra da Silva** salientou que no cenário internacional a maior questão que se coloca para as ONG é a questão financeira. Há cada vez mais empresas a criar Fundações. Serão ou não ONG? Temos de ter critérios para a sua classificação.

Hoje em dia, as empresas funcionam para gerar lucro em primeira instância para os principais accionistas, mas terão cada vez mais de dar voz activa ao accionista minoritário.

Considera haver muito trabalho a fazer, e convida os presentes a deixar uma Declaração de Interesse, comprometendo-se a APEE a criar um pequeno grupo de trabalho com as ONG.

A Dra. Helena Gonçalves, da Universidade Católica Porto, sugeriu a leitura de “*O sector não produtivo português, numa perspectiva comparada*”, que permite a categorização à escala nível mundial, do peso do sector não lucrativo, nos diferentes países.

O Dr. José Fernandes realçou que as ONG de Ambiente têm tutela no Ministério do Ambiente, existindo muitas lacunas na legislação do 3º sector. Acontece, por falta de legislação, haver necessidade de recorrer à legislação das sociedades anónimas. Falta um enquadramento moderno e contemporâneo a este nível.

Defende a posição da OIKOS, sendo esta auditada por cerca de 10 entidades. Devem ser denunciadas as más práticas, sejam empresas, sejam ONG, para que não sejam todos metidos no mesmo “saco”.

Finalmente apresenta a posição da OIKOS relativamente à partilha de conhecimentos e às más experiências que têm tido por apropriação ilícita por outras entidades que visam gerar receitas. Por parte da OIKOS a partilha é feita, mas não de forma *ad-hoc*.



Anexos



ANEXO 6 – Workshop do grupo de stakeholders “ONG”

O papel das ONG na Responsabilidade Social das Organizações e a sua contribuição para o envolvimento da Comunidade

Programa

- 14,30h** **Abertura**
Presidente da APEE, Mário Parra da Silva,
- 15,00h** **Orador Principal Convidado:**
Dr. Ricardo Young – Presidente do Instituto Ethos, apresentado pelo
Dr. João Reis, Presidente da Grace
- 16,00h** **Intervalo para café**
- 16,15h** **Painel e debate com a participação de Oradores das seguintes**
ONGs: Amnistia Internacional (Secção Portuguesa), OIKOS,
ABRAÇO.
- 18,00h** **Conclusões e encerramento do Workshop e da Semana**
Mário Parra da Silva, Presidente da APEE

semanada 
RESPONSABILIDADE
SOCIAL 15a19|Maio|2006

Amnistia Internacional
Portugal

15 anos

**Abordagem à
Responsabilidade Social**

Lisboa 18 de Maio de 2006

QUEM SOMOS?

A Amnistia Internacional conta com mais de 1 milhão e oitocentos mil membros e simpatizantes, distribuídos em mais de 162 países e territórios.

Os seus membros são encorajados a participar nas suas actividades e nos seus processos democráticos de tomada de decisões.

Amnistia Internacional Portugal

QUEM NOS FINANCIA?


Para salvaguardar a independência da organização, a AI não aceita fundos dos governos nem de organizações intergovernamentais.

A AI é financiada por subscrições e donativos de todos os seus membros, de toda a parte do mundo.

Amnistia Internacional Portugal

QUE QUEREMOS?


Liberdade de todos os presos de consciência



Amnistia Internacional Portugal

QUE QUEREMOS?


Abolição da pena de morte



Amnistia Internacional Portugal

QUE QUEREMOS?


Erradicação da tortura



Amnistia Internacional Portugal

QUE QUEREMOS?


Fim das execuções extrajudiciais e “desaparecimentos”



Amnistia Internacional Portugal

QUE QUEREMOS?


Fim dos abusos cometidos contra os direitos humanos pelos grupos armados



Amnistia Internacional Portugal

QUE QUEREMOS?


Direitos para os refugiados e outros migrantes



Amnistia Internacional Portugal

QUE QUEREMOS?

Acabar com o uso de crianças-soldado



Amnistia Internacional Portugal

QUE QUEREMOS?


Proteger o direito internacional e os ativistas de Direitos Humanos



Amnistia Internacional Portugal

O QUE QUEREMOS?

Acabar com todos os tipos de discriminação





Amnistia Internacional Portugal

O QUE QUEREMOS?

Promover e efectivar todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos

- direitos civis e políticos
- direitos económicos, sociais e culturais
- direitos ambientais e de desenvolvimento



Amnistia Internacional Portugal 

RESPONSABILIDADE SOCIAL E OS TRÊS SECTORES

- Estado
- Empresas
- ONG


Amnistia Internacional Portugal 

ESTADO

O Estado é o maior empregador nacional

↓

Consciencializar os seus funcionários para a Responsabilidade Social


Amnistia Internacional Portugal 

ESTADO

Papel Regulador

↓

Interno
Externo

Amnistia Internacional Portugal 


ESTADO

Catalizador → Como exemplo e como regulador

Educador → Ao nível escolar

Formador → Ao nível empresarial

Promotor → Distinguindo e Sancionando

Amnistia Internacional Portugal 

ESTADO


Compromisso de Estado com a Responsabilidade Social a longo prazo

↓

Objectivos do Milénio

↓

People for Lifestyle of Health and Sustainability


Amnistia Internacional Portugal 

EMPRESAS

Cumpridor → Exemplo Colaboradores e comunidade

Promotor → Marketing de Causas

Cooperador → Apoiando o trabalho de ONG

Amnistia Internacional Portugal 

ONG

Transparentes → Contas Públicas


Mobilizadoras → Sociedade Civil

Independentes → Estado e Empresas

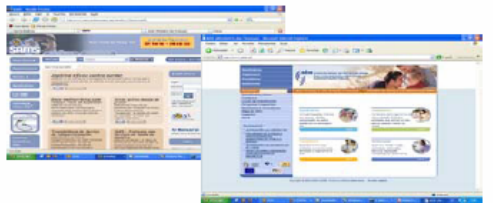
Amnistia Internacional Portugal 


RESPONSABILIDADE SOCIAL

Marketing Social
vs
Marketing de Causas

Amnistia Internacional Portugal 

BOAS PRÁTICAS



Amnistia Internacional Portugal 

BOAS PRÁTICAS



Amnistia Internacional Portugal 

MÁS PRÁTICAS

O CASO SHELL NO DELTA DO NÍGER




Amnistia Internacional Portugal 

AI PORTUGAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Educação para os Direitos Humanos – SOCIEDADE CIVIL
 - todos os níveis de ensino com materiais de formação específicos
 - Interlocutores em escolas, palestras, debates, conferências, grupos de trabalho

Formação para os direitos Humanos – EMPRESAS
 - Formação de quadros, de funcionários, de grupos empresariais

Amnesty Business Club
 - Forum de empresas com a AI – projectos específicos de cooperação

Amnistia Internacional Portugal 

PROJECTOS DE COOPERAÇÃO

Campo de Trabalho 

Jogos interactivos de DH

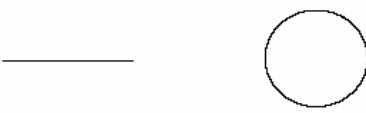
Campanha “Acabar com a Violência sobre as Mulheres”




Amnistia Internacional Portugal 

A AI PORTUGAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Responsabilidade de Linha e uma função de Staff



Amnistia Internacional Portugal 

Amnistia Internacional Portugal 

AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL
 Av. Infante Santo,
 42, 2º
 1350-179 Lisboa

www.amnistia-internacional.pt
www.amnesty.org
www.stoptorture.org



ONG & RSE

O estudo da *Saida da Casca* mostra que:

- ❑ as associações/ONG percebem o **aumento de importância da questão da responsabilidade social** nas estratégias e nos procedimentos das grandes empresas;
- ❑ Mostram **envolvimento** e **visão abrangente** do papel das empresas no que à responsabilidade social diz respeito;
- ❑ Mostram-se **abertas a colaborar**;
- ❑ Favorecem as colaborações que se traduzem em bens específicos – fundos, equipamentos, suporte logístico – e **menos as colaborações pouco sistemáticas** como, por exemplo, o voluntariado.

ONG & RSE

No entanto, na óptica das ONG, as empresas têm de:

- ❑ ser **mais abertas** (transparência)/estar mais disponíveis ;
- ❑ instituir **interlocutores/facilitadores** da relação;
- ❑ **envolver-se mais** na questão (integrar o diálogo e parcerias com as partes interessadas na estratégia global da empresa);

Empresas face às ONG

O estudo da *Saida da Casca* mostra que:

- ❑ As associações/ONG são vistas como **aliados fundamentais**.
- ❑ As empresas mais envolvidas vêm as ONG como forma de:
 - **Validar positivamente** as intenções da empresa;
 - **Garantir a eficácia** das suas acções;
- ❑ Mas apontam algumas dificuldades/limitações à parceria:
 - As ONG nem sempre têm **estruturas organizativas** bem definidas;
 - Algumas têm **postura extrema** e funcionam como **contrapoder**;

Empresas face às ONG

➢ A maior dificuldade percebida é a **existência de muitas ONG** sem visibilidade, às quais não é reconhecido nenhum "trabalho especial". Por isso, as empresas propõem:

- ✓ Uma **maior organização e harmonização** das ONG entre si;
- ✓ **Articulação** organizada pelas associações e ONG **dos pedidos de parceria** e colaboração com as empresas;
- ✓ **Clarificação do tipo de parceria** com as empresas e **monitorização dos resultados de ambas**;
- ✓ **Certificações** realizadas **por grupos de ONG ou outras entidades** capazes de avaliar a responsabilidade social das empresas;

Significado profundo

Por de trás das dificuldades mutuamente percebidas por ONG e empresas, podemos ler algumas **diferenças básicas** dos dois sectores, e alguma incapacidade para construir sinergias e **complementariedades** sobre as diferenças, que afinal constituem uma **oportunidade**:

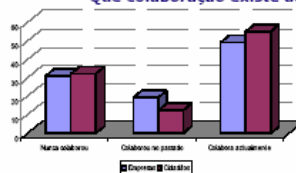
Empresas	ONG
Processo de decisão baseado numa divisão talcoreana do trabalho	Processos participativos e horizontais
Valorização da eficiência e eficácia imediatas (Investimento Organizacional)	Valorização do impacto de longo prazo (Desenvolvimento sustentável)
Olha para o mercado como oportunidade de satisfazer necessidades dos consumidores	Olha para a Sociedade para a Transformar (Educação para o Desenvolvimento)
Valorização da especialização	Valorização da diferença (explica o grande nº de ONG)
Produz bens e serviços (abordagem "agólfica")	Procura garantir o bem estar e os direitos dos cidadãos (advocacy)

Colaboração

O estudo da *Saida da Casca* mostra que:

✓ Cada vez **existe mais colaboração** entre o mundo associativo e as empresas.

Que colaboração existe actualmente?

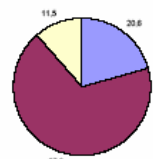


- ✓ Mais de 50% dos cidadãos afirma colaborar actualmente com ONG's
- ✓ Aprox. 30% dos cidadãos e das empresas nunca colaborou com ONG's
- ✓ 19,5% das empresas e 12,6% dos cidadãos deixou de colaborar com ONG's

Fonte: Spitznagel (2003)

Colaboração

Que colaboração existe actualmente?

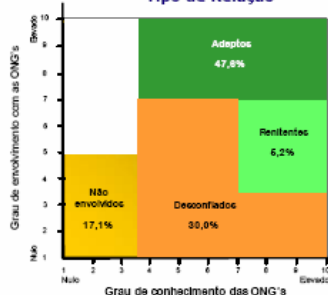


- ✓ 20,6% das empresas nunca colaboraria com ONG;
- ✓ 67,9% das empresas mostra-se disponível para colaborar

Fonte: Spitznagel (2003)

Colaboração

Tipo de Relação

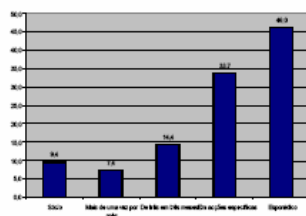


- aprox. 50% de Adeptos (mas necessário analisar tipo de envolvimento)
- Elevada % de Desconfiados
- Significativa % de Não Envolvidos

Fonte: Spitznagel (2003)

Colaboração

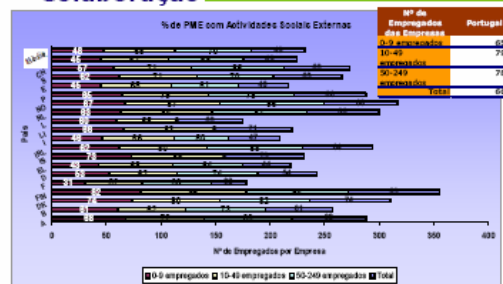
Tipo de Colaboração Actual



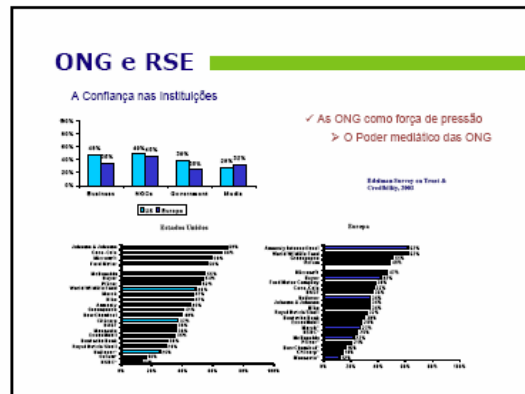
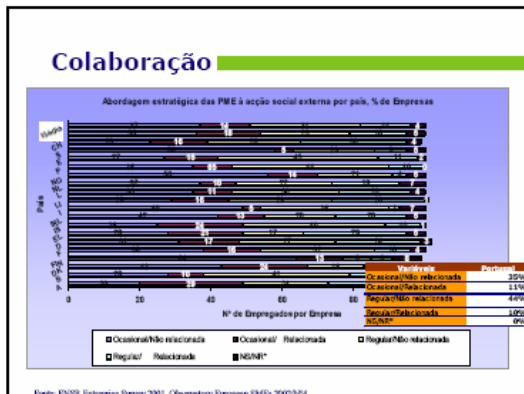
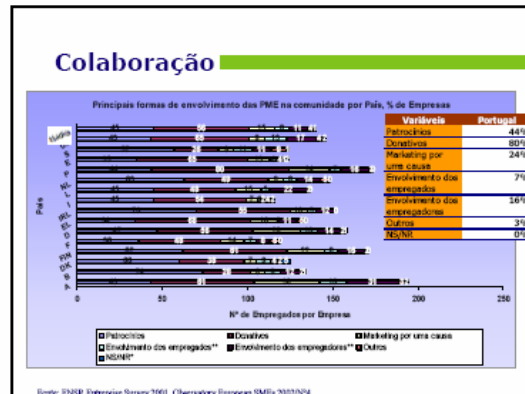
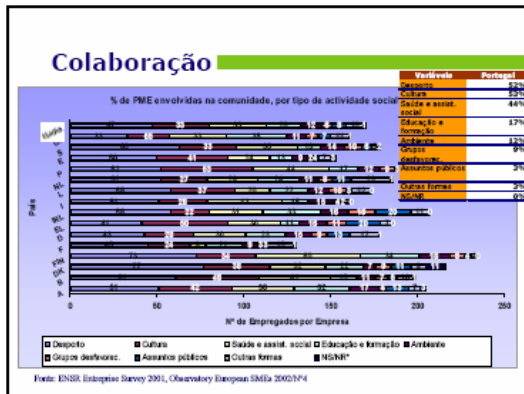
- ✓ 46% das empresas apenas colaboram esporadicamente com uma ONG
- ✓ 33,7% apenas colaboram em acções específicas
- ✓ Só 16,8% têm uma colaboração estreita (sócio ou colaboração mais de uma vez por mês).

Fonte: Spitznagel (2003)

Colaboração



Fonte: ENSR: European Survey 2001, Observatory European SMEs 2002/Nº4



ONG e RSE

As ONG e o Poder do Mercado

São cada vez mais as organizações da sociedade civil que utilizam o poder do mercado como mecanismo de transformação social. Algumas Organizações têm já vários anos de experiência na utilização do mercado como aliado; a Greenpeace, por exemplo, pressionou durante anos a indústria dos electrodomésticos para que fabricassem frigoríficos que não utilizassem CFCs. Mais tarde, encomendou a uma empresa alemã a produção deste tipo de electrodoméstico, o que acabaria por pressionar outros fabricantes.

✓ Campanha da Roupa Limpa
 Por exemplo em França "Ethique sur L'Etiquette" (<http://www.ethique-sur-etiquette.org>), na Holanda "Fair Wear Foundation" (<http://www.fairwear.nl>) ou na Suíça o "Pilot Project on independent verification on the clean clothes campaign" (<http://www.cleanclothes.ch>).



Novas Formas de Relacionamento

✓ Do confronto ao Diálogo

Opções de Relação Política entre Empresas e ONG

Confronto

Confronto e diálogo face a práticas empresariais que não respeitam os direitos humanos em nome da maximização do lucro e da competitividade.

- Maior transparência
- Oportunidade de impacto global positivo
- Condições de vida

Diálogo

Diálogo com uma empresa, que reconhece a importância da responsabilidade social e ambiental.

- Transparência
- Condições de trabalho
- Criação de um modelo de planeamento
- Melhorias de condições de trabalho
- Condições ambientais

Cooperação estratégica

Uma aliança multilateral que visa a longo prazo o melhoramento da sociedade para uma determinada atividade ou sector.

- Inovação tecnológica
- Sustentabilidade
- Criação de modelos de negócio de impacto social
- Políticas públicas

Fonte: Ecodes 2004 e Elaboração Própria

FIM

Obrigado!

jjfernandes@oikos.pt

Tel: 21. 882 36 30



oikos
Cooperação e Desenvolvimento



ABRAC •.org.pt

Responsabilidade Social "Porque a SIDA existe"



ÍNDICE

Responsabilidade Social das Empresas



1. RSE e o papel das ONG's
2. RSE *versus* Mecenato
3. RSE *versus* Filantropia
4. RSE e Marketing de Causas
5. ABRAÇO





1 RSE e o papel das ONG's

- O papel do Estado no apoio social
- Consciência do indivíduo inserido no todo social
- Consciência colectiva e participação social
- Direitos e Obrigações – Constituição da República Portuguesa
- Responsabilidade pela protecção dos mais desfavorecidos



1 RSE e o papel das ONG's

Peter Brabeck-Letmathe, Presidente e CEO da Nestlé, Relatório de 2006 "*a prova de uma boa gestão releva-se quando é criado valor para a sociedade ao longo do período*" (Do todo para o indivíduo, e.g.).

Este aspecto alerta para a necessidade de introduzir nas organizações o conceito de **Shared Value (partilha de resultados por causas sociais)** como forma de aumentar o bem estar social e potenciais novas mais valias.

Este novo indicador da actividade empresarial é aplicado às organizações que actuam em prol das pessoas e do ambiente (social e outro) inserido na cadeira de valor do negócio.





1 RSE e o papel das ONG's

“Não corrigir as falhas é o mesmo que cometer novos erros”, segundo Confúcius, filósofo chinês do séc. IV a.C. (do indivíduo para o todo).

Gestão de comportamentos colectivos e individuais dos membros organizacionais influenciam o ambiente interno e o ambiente externo das organizações.

O conceito de responsabilidade social incorporado aos negócios (RSE) é uma realidade recente e surge com novas procuras de mercado (pode ser entendido como novos segmentos), maior pressão pela transparência nos negócios e mais responsabilidade nas acções corporativas.



2 RSE versus Mecenato

Mecenato: protecção às letras, artes ou aos seus cultores, concedida por homens ricos ou sábios, por empresas ou outro tipo de entidades privadas (*in* Dicionário OnLine da Texto Editora).

RSE presta-se a apoios responsáveis, conscientes, dirigidos a fins específicos, com propósito de continuidade e que visam a procura resultados concretos e mensuráveis – **não se trata de projectos piloto.**

“Se pensa que competência é caro, experimente incompetência”, John Steel von Holstein

As ONGs têm uma enorme responsabilidade sobre o trabalho desenvolvido na área social sendo ténue a linha que as separa das outras organizações – a diferença encontra-se na definição da **Missão** e da **Visão**.





3 RSE versus Filantropia

Filantropia: do latim *philanthropia*, é o amor à humanidade sem distinção de raça ou nacionalidade; **caridade**; **humanitarismo** (in Dicionário OnLine da Texto Editora).

RSE: é a participação activa em acções e projectos sociais concretos, com continuidade e que visam contribuir para melhor as condições dos mais desfavorecidos e proporcionando o aumento do *share value* da organização.

“Managers do things right and leaders do the right things”,
Peter Drucker (2005)

Peter Druker foi um defensor do conceito de inovação sobre RS como investimento a prazo, não se confundindo este preceito com filantropia.



4 RSE e Marketing de Causas

Marketing de Causas (como estratégia de fidelização): é um comprometimento das empresas em colaborar com projectos sociais ou ambientais a troco de benefícios de imagem e promoção, quer seja em termos económicos ou exclusivamente sociais.

RSE é ténue a linha que separa uma da outra e a questão da RSE prende-se com aspectos importantes integrados numa estratégia de investimento sustentado da organização, com horizonte temporal desenhado.

- Problema de consciência colectiva organizacional (ranking)
- Cultura de empresa (confiança, orgulho, satisfação)
- Aumento da produtividade (Efeito de Alavanca)
- Graus de confiança e satisfação do cliente, etc.
- Qualidade e Reconhecimento social pela acção.





4 RSE e Marketing de Causas

Há uma relação sinérgica entre os factores pois, conseqüentemente, implementar uma **acção de RS** parte de uma opção de **marketing estratégico em prol da "causa social"**.

Desta partnership todos os actores beneficiam:

- **Organizações** com melhores resultados financeiros, firmeza de imagem e promoção de marcas, fomento da cultura organizacional e incremento do grau de satisfação dos clientes
- **ONG's** com a manutenção pelas causas abraçadas, outra abrangência dos apoios prestados e maior volume de recursos.

É a sociedade é a principal beneficiada dessas acções.



5 Associação ABRAÇO

"Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora a fazer um novo fim" Chico Xavier

Apresentação Geral

"Coragem é fazer aquilo em que acreditamos"
Ed Cordobes, filósofo





5.1 Quem Somos

- A ABRAÇO é uma associação privada, sem fins lucrativos, enquadrando-se no panorama das ONGs – Organizações Não Governamentais.
- A nossa **Missão** é **prestar todo o apoio a pessoas infectadas e afectadas com o vírus do HIV/SIDA.**
- A nossa actividade cobre **todo o território português** (continente e ilhas);
- Desenvolvemos parcerias com congéneres internacionais previligiando ONG's Africanas e Europeias.



5.2 Onde estamos





5.3 Os nossos Projectos



LISBOA

- CAAP – Centro de Apoio e Acompanhamento Psicossocial
- CAD – Centro de Apoio Domiciliário José Luís Champalimaud
- AAT – Apartamentos Acolhimento Temporário (Ameixoeira)
- Centro Médico Dentário
- Linha Abraço **800 225 115**
- Gab Apoio ao Utente
- Refeitório
- Centro de Documentação
- Boletim Informativo
- Prevenção
- Site



Imagens: Lisboa



CAAP- Centro de Apoio e Acompanhamento Psicossocial



ABRACO

Imagens: Lisboa



Centro Médico-Dentário



ABRACO

Imagens: Lisboa



Refeitório





Boletim, Centro de Documentação



VILA NOVA DE GAIA

- Centro de Apoio Domiciliário João Carlos
- Casa de Acolhimento (pessoas acamadas)



SETÚBAL

- Centro de Atendimento Mário Pimenta



ABRACO

Imagens: Vila Nova de Gaia



Centro de Apoio Domiciliário João Carlos

ABRACO

Imagens: Vila Nova de Gaia



Centro de Apoio Domiciliário João Carlos



Centro de Atendimento Mário Pimenta



FUNCHAL

- Programa “ABC – Ser Criança”
- Centro de Atendimento



ABRACO

Imagens: Funchal

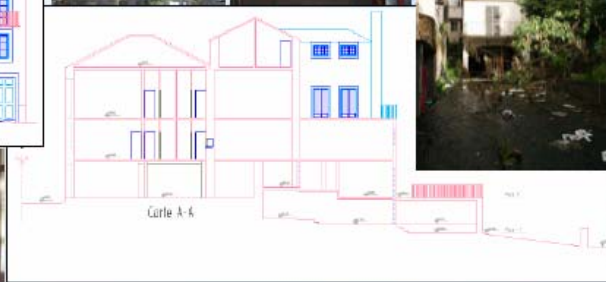


Programa “ABC – Ser Criança”



ABRACO

Imagens: Funchal - “Casa Ser Criança”



- Casa cedida pelo Governo Regional da Madeira, sita na Rua da Carreira (centro do Funchal)
- Necesita de obras de recuperação e adaptação para receber as crianças

Programa “ABC – Ser Criança”

Funchal



• **Programa Nacional de Prevenção entre Pares**

- Os jovens representam um importante grupo-alvo na prevenção primária da infecção pelo VIH/SIDA. **A maior parte dos jovens encontra-se enquadrada no meio escolar** e as intervenções a este nível assumem grande importância, pois é nesta altura da vida que grande parte do processo de socialização ocorre.
- **As sessões realizadas utilizam uma razoável diversidade de meios de comunicação, apreciados pelos jovens**, nomeadamente, diapositivos, vídeos, cartazes, postais e brochuras de simples leitura. As imagens são adaptadas a este grupo-alvo e de acordo com a sua cultura.
- As actividades de comunicação decorrem de **forma informal**, embora tenham lugar no **espaço físico da sala de aulas**, e assumem o aspecto de **conversa entre pares**.



Este Trabalho teve o contributo dos técnicos inscritos nos projectos e a compilação é da responsabilidade da área do Marketing (Vera Azeiteira e Jorge Moreira).

Contactos

AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL

Av. Infante Santo, 42, 2º
1350-179 Lisboa

OIKOS

Dr. João José Fernandes
jjfernandes@oikos.pt
Tel: 21. 882 36 30

ABRAÇO

ETHOS

GRACE

Links

Instituto ETHOS

<http://www.ethos.org.br>

OIKOS

<http://www.oikos.pt>

ABRAÇO

www.abraco.org.pt

AMNISTIA INTERNACIONAL

www.amnistia-internacional.pt

www.amnesty.org

www.stoptorture.org

NATURA

<http://www2.natura.net/Web/Br/Home/src/>

Quinta-essência

<http://www.qeonline.com.pt/>

“Clean Clothes” Campaign

<http://www.cleanclothes.org/>

“Publish what you pay” Campaign

<http://www.publishwhatyoupay.org/portugues/index.shtml>

“O sector não produtivo português, numa perspectiva comparada”

www.jhu.edu/~cnp/pdf/Portugal_Nat_Rpt_Portuguese.pdf

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

<http://www.plataformaongd.pt/site2/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

